

**Processo Administrativo - Proad n° 4967/2024**

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de gestão de frota, por meio de sistema informatizado e integrado, com rede credenciada e pagamento eletrônico, destinada ao abastecimento dos veículos e grupos geradores do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Descrição	Catser	Média de Litros (Anual)	Valor Unitário (*) (R\$)	Valor anual Estimado por item (VE) (R\$)	Tx de Adm. -Desconto mín. estimado- (TX)	Valor Anual estimado por item (VE x (1 - TX))
Único	1	Etanol	25372	1422	5,95	R\$ 8.460,90	-4,32% (***)	R\$ 8.095,39
	2	Arla 32 (**)	25372	20	5,93 (**)	R\$ 118,60		R\$ 113,47
	3	Gasolina Comum	25372	10238	7,05	R\$ 72.177,90		R\$ 69.059,81
	4	Diesel S10	25372	3570	6,87	R\$ 24.525,90		R\$ 23.466,38
	5	Diesel	25372	594	6,87	R\$ 4.080,78		R\$ 3.904,49
Valor Anual Total Estimado								R\$ 109.364,08
Valor Global Anual Estimado = Valor Anual Total Estimado + Tx Desconto mínima estimada (PD)								R\$ 104.639,55
Valor Total Estimado (5 anos) (VTE)								R\$ 546.820,40
Valor Global Estimado de Litros (5 anos)								79.220 L
Valor Global Estimado da Contratação (VGEC) = Valor Global Estimado da Contratação (VTE) + Tx Desconto mínima estimada (PD)								R\$ 523.197,76
(*) Valor Unitário = Levantamento de Preços de Combustíveis (ANP) 18/01/2026 a 24/01/2026 - Preços médios semanais: Brasil, regiões, estados e municípios + Taxa de variação (conforme média constante na tabela 2, tópico 5 do ETP.A taxa de variação corresponde à diferença do preço praticado para frota, foi considerado o histórico de preços da contratação anterior, essa taxa reflete condições de mercado específicas que impactam o preço final do combustível para a frota do Tribunal.								



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

(**) O valor unitário do preço do ARLA 32 foi obtido pela média de ARPs vigentes, conforme tabela abaixo + Taxa de variação:

Setor	CSEIT	Responsável		APJ Alberani Pereira de Farias Filho Mat. 1309		
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PARÂMETRO DE PESQUISA	FONTE DE PESQUISA	Desconto (%)
2	ARLA 32	Litros	20	INCISO II, ART. 5º DA IN 65/2021	ARP 21/2025 UFCG	R\$ 5,44
					ARP 10.2025 23º CECM Exército Brasileiro	R\$ 6,00
					ARP 22.2025 Prefeitura de Natal.RN	R\$ 5,08
					MÉDIA	R\$ 5,51

(***) A taxa de administração praticada pelo mercado é, via de regra, bastante reduzida, sendo frequentemente igual a 0% (zero por cento) ou negativa. O critério de julgamento a ser adotado será o da maior desconto, sendo o desconto mínimo de 4,32%, obtido pela média de descontos aplicados em .em contratos públicos vigentes, conforme tabela abaixo:

TABELA COMPARATIVA DE DESCONTOS - PROAD 4967/2024

Objeto	Contratação de serviços continuados de gestão de frota, que utilize sistema informatizado e integrado, via internet, com rede de estabelecimentos próprios ou credenciados e com tecnologia de pagamento por meio eletrônico, para aquisição de combustíveis visando ao abastecimento de veículos automotores e de grupos geradores, a fim de atender às necessidades do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.					
Setor	CSEIT	Responsável		APJ Alberani Pereira de Farias Filho Mat. 1309		
ITEM	SERVIÇO	UND	QUANT.	PARÂMETRO DE PESQUISA	FONTE DE PESQUISA	Desconto (%)
1	Prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle de frota para as aquisições de combustíveis tipos: Álcool, Gasolina Comum, Diesel S10 e Aditivo Arla 32, em rede de postos credenciados, compreendendo	%	Taxa de Administração (*)	INCISO II, ART. 5º DA IN 65/2021	CONTRATO ATUAL TRT 21 Nº. 16/2021	4,00%
					CONTRATO Nº 04.041.10.2025 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	3,91%



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

administração e gerenciamento informatizado, com uso de cartões magnéticos ou com chip como meio de intermediação do pagamento, utilizando a tecnologia que apresenta melhor controle com segurança à contratação, a fim de atender os veículos oficiais e grupo de geradores do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.				CONTRATO Nº 019/2025 CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA	4,75%
				CONTRATO Nº 89300/2025-011/00 MARINHA DO BRASIL	4,60%
MÉDIA DOS DESCONTOS APLICADOS					4,32%

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que os padrões de desempenho e qualidade para a sua execução podem ser descritos neste Termo de Referência através de especificações usuais no mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O objeto será executado de forma indireta, mediante serviço contínuo, em razão de sua natureza essencial e da necessidade de atendimento permanente da Administração, por mais de um exercício financeiro.

1.3.2. A vigência plurianual mostra-se mais vantajosa, considerando que a contratação continuada, por possibilitar melhor gestão dos recursos públicos, com economia de escala, condições tarifárias mais favoráveis e redução de custos administrativos, conforme demonstrado no ETP.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

Código do item orçamentário no SIGEO:	151222026000099
Número do item no PCA/2026:	151222026000082



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição sintética da solução adotada encontra-se apresentada a seguir, estando seu detalhamento técnico devidamente consignado em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.1.1. A solução definida pela equipe de planejamento consiste na contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de administração e gerenciamento de frota, com fornecimento de combustíveis por meio de rede credenciada de postos, destinada ao atendimento da frota institucional e dos Grupos Geradores de Energia.

3.1.2. A contratação deverá assegurar cobertura geográfica adequada em todo o Estado do Rio Grande do Norte, garantindo o fornecimento contínuo de combustíveis e a plena execução dos serviços.

3.1.3. O objeto abrangerá a prestação de serviços de gerenciamento, por meio de sistema informatizado, para fornecimento de Álcool, Gasolina Comum, Diesel S10 e Aditivo ARLA 32, atendendo à totalidade dos veículos automotores e grupos geradores de energia do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. A solução deverá permitir o controle, a rastreabilidade e a fiscalização dos abastecimentos, assegurando eficiência operacional, transparência na gestão dos consumos e observância aos princípios da economicidade e da continuidade do serviço público.

3.1.4. A Contratada deverá promover, sem ônus adicional para a Administração, treinamento inicial destinado ao gestor e aos fiscais do contrato, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, em local previamente definido ou por meio eletrônico, desde que tecnicamente viável, com infraestrutura adequada, material didático pertinente e instrutor qualificado. A data e o conteúdo do treinamento deverão ser previamente acordados com a gestão e a fiscalização contratual.

3.1.5. Deverão ser ofertados treinamentos de reciclagem periódicos ou sempre que necessário, inclusive em caso de alterações relevantes no sistema, bem como capacitação contínua da rede credenciada, a fim de garantir o adequado atendimento às demandas da Contratante durante toda a vigência contratual.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A contratação de serviços de abastecimento de combustíveis observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com o *Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho* (Resolução CSJT nº 310/2021) e com a política de sustentabilidade do Poder Judiciário, prevista na Resolução CNJ nº 400/2021, além da legislação aplicável. Os requisitos incluirão, dentre outros, análise do ciclo de vida dos serviços, minimização de impactos ambientais, regularidade ambiental dos fornecedores, gestão de resíduos e indicadores de desempenho sustentável, assegurando-se a compatibilidade com princípios de competitividade, economicidade e eficiência.

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

4.2.1. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

4.2.2. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

4.2.3. Confeccionar cartões de abastecimento em material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

Subcontratação

4.3. A presente contratação prevê a **vedação integral da subcontratação**, em razão da natureza do objeto e dos riscos associados à fragmentação de suas atividades essenciais. A contratação de empresa para **gerenciamento de abastecimento de combustíveis** envolve a prestação de serviço integrado, contínuo e de elevada complexidade operacional, que compreende, de forma indissociável, a gestão do sistema informatizado, o controle, a rastreabilidade, a autorização das transações, o tratamento das informações gerenciais e a responsabilidade pela rede credenciada de estabelecimentos.

4.3.1. A admissão de subcontratação, ainda que parcial, comprometeria a **unidade de responsabilidade contratual**, dificultaria a fiscalização, enfraqueceria os mecanismos de controle e aumentaria os riscos à segurança, à transparência e à confiabilidade dos dados relativos aos abastecimentos, além de potencialmente gerar sobreposição de responsabilidades e fragilizar a governança do contrato.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pelo seguro-garantia, fiança bancária, caução em dinheiro ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.4.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução dos serviços dar-se-á a partir do recebimento, pela Contratada, da ordem de serviço, independentemente de qualquer outra formalidade, observado o disposto neste Termo de Referência.

5.1.1.1. **A rede de postos credenciados** deve funcionar de forma ininterrupta, todos os dias da semana, **24 horas por dia**; Para tanto, a rede credenciada deverá conter, no mínimo, 5 (cinco) postos de combustível com funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana, localizado na capital (Natal/RN) e pelo menos 1 (um) nas demais capitais dos estados da região Nordeste.

5.1.1.2. A contratada deve disponibilizar postos de abastecimento, **no mínimo**, localizados na capital e nos municípios que sediam as Varas do Trabalho no Estado do Rio Grande do Norte e, **no mínimo, 5 (cinco) postos de combustíveis credenciados** em cada capital dos estados da região Nordeste, de modo a assegurar a adequada cobertura territorial da demanda;

5.1.1.3. A rede credenciada fornecerá, minimamente, os combustíveis gasolina comum, óleo diesel S-10, etanol e Arla-32.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

5.1.1.4. A CONTRATADA deverá manter, **obrigatoriamente**, rede credenciada mínima composta por **5 (cinco) postos de combustíveis**, todos **localizados em raio máximo de 5 (cinco) quilômetros da sede do Tribunal**, situada no município de **Natal/RN**, de modo a assegurar a eficiência logística, a continuidade dos serviços e a economicidade da contratação.

5.1.1.5. A comprovação da rede credenciada deverá ser apresentada pela CONTRATADA por meio de **documentação idônea, válida e vigente**, tais como contratos ou termos de credenciamento, alvarás de funcionamento, licenças ambientais e registros junto à Agência Nacional do Petróleo – ANP, quando aplicável, no prazo de **24 horas a partir do recebimento**, pela Contratada, da ordem de serviço.

5.1.1.6. A CONTRATADA deverá **manter a rede credenciada atualizada durante toda a vigência contratual**, comprometendo-se a comunicar formalmente à CONTRATANTE, **a cada 3 (três) meses**, ou sempre que solicitado, quaisquer inclusões, exclusões ou alterações relevantes nos estabelecimentos credenciados, acompanhadas da respectiva documentação comprobatória.

5.1.2. O abastecimento de veículo ou grupo gerador não poderá ser realizado pelo estabelecimento credenciado sem que o condutor ou usuário apresente o cartão magnético ou similar para pagamento da despesa.

5.1.3. O comprovante da transação de abastecimento, emitido por terminal (máquina de cartão), deverá, independentemente de solicitação do condutor ou usuário do cartão magnético ou similar, conter, pelo menos, os seguintes dados:

- Identificação do estabelecimento (razão social, CNPJ e endereço);
- Identificação do condutor responsável ou do autorizador da despesa;
- Identificação do veículo (placa) ou grupo gerador;
- Quilometragem do veículo no momento do abastecimento (Exceto nos casos de abastecimento de gerador);
- Tipo e quantidade do combustível;
- Data e hora da transação;
- Valor unitário e total da operação, expresso em moeda nacional.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

5.1.4. Os combustíveis a serem fornecidos deverão atender ao padrão de qualidade e às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor.

5.1.5. Os estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA para a comercialização de combustíveis deverão:

a) Manter, em suas dependências, o boletim de conformidade expedido pelo distribuidor do qual adquiriu o combustível, referente aos últimos 6 (seis) meses (Art. 4º da Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007);

b) Realizar a análise dos combustíveis sempre que solicitada pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA, para isso, manter disponíveis e fornecer os materiais necessários à realização da análise (Art. 8º da Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007).

5.1.6. Uma vez constatada infração às normas relativas à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, a CONTRATANTE representará à Agência Nacional do Petróleo, nos termos do art. 14 da Lei nº 9.847/99.

5.1.7. Em caso de falha do equipamento periférico (máquina de cartão) disponibilizado pela CONTRATADA ao estabelecimento credenciado ou do cartão magnético ou similar, em decorrência de situações adversas como a falta de energia elétrica ou a ausência de comunicação, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento contingencial, através do serviço ou da central de atendimento ao cliente, que deverá viabilizar a finalização da operação e a realização do pagamento da CONTRATANTE ao estabelecimento credenciado.

5.1.8. O abastecimento indevido de veículo ou grupo gerador não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema de gestão de frota e as despesas efetivadas serão suportadas exclusivamente pela CONTRATADA.

5.1.9. O pagamento devido à CONTRATADA pelos abastecimentos de combustível realizados pela CONTRATANTE obedecerá à seguinte regra: **corresponderá ao valor da nota fiscal emitida pelo estabelecimento credenciado, com aplicação da taxa administrativa (DESCONTO) CONTRATADA.**

5.1.10. O serviço de abastecimento dos grupos geradores de energia elétrica deverá ser executado por demanda, com retirada do combustível em postos de combustíveis, por se tratar de solução mais compatível com o volume efetivamente demandado.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

Do sistema de Gestão de Frota

5.2. O sistema tecnológico a ser fornecido, implantado e mantido pela CONTRATADA deverá consistir em **solução informatizada integrada de gestão de frota**, acessível via internet (plataforma WEB), destinada ao **gerenciamento, controle e monitoramento** das operações de abastecimento de combustíveis, bem como do controle de grupos geradores, quando aplicável.

5.3. O sistema deverá operar mediante a utilização de **cartões magnéticos ou tecnologia equivalente**, individualizados por veículo e/ou equipamento, garantindo a **identificação obrigatória do condutor ou responsável autorizado** no momento da realização de qualquer transação junto à rede de estabelecimentos credenciados. Caberá à CONTRATADA disponibilizar mecanismos tecnológicos eficazes que **previnam, inibam ou permitam a rápida identificação de utilizações indevidas ou não autorizadas**, assegurando confiabilidade, rastreabilidade e segurança das informações.

Componentes da Solução Tecnológica

5.4. O software de gestão de abastecimento, os equipamentos periféricos e os cartões fornecidos pela CONTRATADA deverão contemplar, no mínimo:

a) Registro eletrônico e informatizado de todas as operações de abastecimento, com disponibilização para consulta em ambiente WEB, contendo data, hora e demais informações relevantes;

b) Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais, que possibilitem o controle de despesas, consumo por veículo, condutores autorizados e identificação de eventuais desvios em relação aos parâmetros previamente definidos, tais como consumo mínimo e máximo (km/l), intervalo entre transações e capacidade do tanque do veículo;

c) Parametrização dos cartões com dados necessários à identificação e às características dos veículos e equipamentos automotivos vinculados;

d) Fornecimento, sem ônus para a Administração, de cartões magnéticos individualizados por veículo, admitida a emissão de segunda via nos casos de perda ou extravio, sendo o custo de emissão, quando comprovado, de responsabilidade da CONTRATANTE;

e) Cancelamento imediato dos cartões em caso de notificação de perda, extravio, furto ou roubo;

f) Identificação do condutor no momento da utilização dos serviços, por meio de senha pessoal e intransferível ou mecanismo equivalente de autenticação;



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

g) Disponibilização, quando necessário, de todos os equipamentos periféricos indispensáveis à plena operação do sistema, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE, inclusive para a Coordenadoria de Polícia Judicial.

Capacitação e Treinamento

5.5. A CONTRATADA deverá promover a capacitação e o treinamento dos servidores indicados pela CONTRATANTE, no prazo de 15 dias úteis, contados da assinatura do contrato pela contratada, abrangendo a operação do sistema de gerenciamento, controle e aquisição de serviços, de forma a assegurar eficiência, eficácia e correto uso da solução implantada, a contar da assinatura do contrato.

Suporte Técnico

5.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar **suporte técnico permanente**, por meio de Serviço de Atendimento ao Cliente, acessível por telefone e/ou internet, com funcionamento **ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana)**, mediante ligação local. Não será admitido atendimento exclusivamente automatizado ou eletrônico.

Base de Gerenciamento

5.7. A sede do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, localizada na Av. Capitão-Mor Gouveia, 3104 - Lagoa Nova, Natal - RN, 59063-900, será considerada como base central de gerenciamento do sistema.

Instalações nos Veículos

5.8. Não será permitida a instalação ou modificação de equipamentos nos veículos da CONTRATANTE para fins de implantação do sistema, salvo mediante autorização expressa e devidamente justificada pela Administração.

Prazo de Atendimento Técnico

5.9. O prazo máximo para atendimento, solução de falhas e prestação de assistência técnica relacionada ao software fornecido deverá ser **até 48 (quarenta e oito) horas**, contados do recebimento do chamado realizado nos termos do item 5.6.

Contingência Operacional

5.10. Na hipótese de indisponibilidade temporária do meio eletrônico, a rede credenciada deverá adotar procedimentos de contingência que assegurem a continuidade dos serviços contratados, sem prejuízo à rastreabilidade das operações.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

Custos de Implantação

5.11. Todos os custos decorrentes da implantação, operação, manutenção do sistema de gerenciamento eletrônico, bem como da emissão de relatórios e demais despesas correlatas, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

Compatibilidade Tecnológica

5.12. O sistema deverá ser plenamente compatível com os sistemas operacionais e aplicativos utilizados pelo TRT da 21ª Região, incluindo, no mínimo:

- a) Microsoft Windows, versões 10, 11 ou superiores;
- b) LibreOffice;
- c) Navegadores Firefox, Google Chrome e Microsoft Edge, em versões compatíveis para ambiente Windows.

Relatórios Operacionais

5.13. A CONTRATADA deverá disponibilizar, mensalmente ou sob demanda, relatórios históricos detalhados das despesas realizadas, por veículo e por grupo gerador, contendo, no mínimo:

- a) Data, hora e valor de cada operação;
- b) Razão social, CNPJ e endereço do estabelecimento credenciado;
- c) Identificação do condutor ou do responsável pela autorização da despesa;
- d) Quilometragem registrada no momento da operação;
- e) Materiais adquiridos, discriminados por tipo, quantidade, valor unitário e valor total;
- f) Serviços prestados, discriminados por tipo, quantidade, valor unitário e valor total;
- h) Análises consolidadas de custos e consumo.

Relatórios Gerenciais

5.14. O sistema deverá permitir a emissão de relatórios gerenciais contendo registros e análises históricas de abastecimentos, por veículo e por grupo gerador, incluindo, no mínimo:

- a) Cadastro de veículos e grupos geradores;
- b) Cadastro de gestores e condutores;
- c) Relatórios de abastecimento e consumo;
- d) Relatório atualizado de preços médios de combustíveis, conforme dados da Agência Nacional do Petróleo – ANP.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

Relatórios Adicionais

5.15. A CONTRATANTE poderá solicitar a criação de novos relatórios ou o aperfeiçoamento dos existentes. O prazo para atendimento será de até **60 (sessenta) dias corridos**, contados do recebimento da notificação pela contratada, salvo comprovada inviabilidade técnica.

Do Cartão Magnético

5.16. A CONTRATADA deverá fornecer, em um prazo de 5 dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, no mínimo 1 (um) cartão magnético ou tecnologia equivalente para cada veículo integrante da frota do TRT21, devendo o referido cartão ser individualizado, vinculado exclusivamente ao veículo previamente cadastrado no sistema de gestão, vedada sua utilização para qualquer outro veículo.

5.17. O cartão deverá conter, de forma visível, a identificação institucional da CONTRATANTE, bem como os dados do veículo a ele associado, incluindo marca, modelo e placa, assegurando a adequada rastreabilidade e controle das operações realizadas.

5.18. A CONTRATADA deverá fornecer, igualmente sem ônus adicional, em um prazo de 5 dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço pela contratada, **2 (dois) cartões magnéticos ou tecnologia equivalente** destinados exclusivamente ao abastecimento dos **grupos geradores** instalados nas dependências da CONTRATANTE, contendo a respectiva identificação institucional.

5.19. A CONTRATADA deverá disponibilizar, ainda, em um prazo de 5 dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço pela contratada, **4 (quatro) cartões magnéticos ou tecnologia equivalente adicionais**, denominados **cartões de reserva ou curinga**, para utilização excepcional pela CONTRATANTE nas hipóteses de perda, furto, roubo, extravio ou indisponibilidade temporária do cartão principal.

5.20. O cartão magnético ou tecnologia equivalente que apresentar defeito de funcionamento, perda de validade, ou que tenha sido objeto de furto ou roubo, deverá ser **substituído pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE**, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento, pela contratada, da comunicação realizada pela contratante.

5.21. Nos casos de perda ou extravio, a substituição deverá ocorrer no mesmo prazo, **admitida a cobrança do custo de emissão**, desde que devidamente comprovado pela CONTRATADA.

5.22. O cartão magnético ou tecnologia equivalente deverá possibilitar o **pagamento direto e imediato** aos estabelecimentos credenciados, abrangendo o abastecimento de combustíveis para veículos automotores e de grupos geradores.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

Especificação da garantia do serviço

5.23. A CONTRATADA garantirá todos os serviços executados pelos estabelecimentos credenciados.

Obrigações da Contratada

5.24. Executar os serviços conforme as disposições constantes do Termo de Referência e orientações da contratante;

5.25. Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços contratados;

5.26. Arcar com todas as despesas pertinentes a execução dos serviços;

5.27. Responsabilizar-se total e integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive fiscais), que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir sobre a presente contratação;

5.28. Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades relacionado à prestação dos serviços contratados;

5.29. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total na execução dos serviços;

5.30. Manter durante a execução do objeto todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato de sua contratação;

5.31. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no art. 125 da Lei 14.133/2021.

5.32. A Contratada deverá atender todos os regulamentos internos aplicáveis aos processos de pagamento no TRT-RN, do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, em especial, a necessidade de cadastro prévio no sistema SIGEO-JT, emissão de notas fiscais eletrônicas no formato XML e cadastro / envio do referido documento fiscal no sistema supracitado.

Obrigações da Contratante

5.33. Fornecer à Contratada os dados e os elementos necessários à execução dos seus serviços;

5.34. Efetuar o pagamento;



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

- 5.35. Supervisionar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços;
- 5.36. Notificar a contratada, por escrito, da eventual aplicação de sanções.
- 5.37. A frota de veículos deste regional atualmente é composta pelos veículos a seguir:

VEÍCULOS DA FROTA DO TRT 21ª REGIÃO				
Nº	Placa	Marca	Modelo	Ano Fab.
01	RQK0H74	PAJERO	SPORT HPE DIESEL 2.5 4X4	2024/2025
02	RQL6E74	COROLLA	ALTIS PREMIUM HÍBRIDO 2.0	2024/2024
03	RQL6G34	COROLLA	ALTIS PREMIUM HÍBRIDO 2.0	2024/2024
04	RQL6J46	COROLLA	ALTIS PREMIUM HÍBRIDO 2.0	2024/2024
05	RQL6G24	COROLLA	ALTIS PREMIUM HÍBRIDO 2.0	2024/2024
06	RQL5H94	COROLLA	ALTIS PREMIUM HÍBRIDO 2.0	2024/2024
07	RQL6F06	COROLLA	ALTIS PREMIUM HÍBRIDO 2.0	2024/2024
08	RQL6J55	COROLLA	ALTIS PREMIUM HÍBRIDO 2.0	2024/2024
09	RQL6G26	COROLLA	ALTIS PREMIUM HÍBRIDO 2.0	2024/2024
10	RQL6E65	COROLLA	ALTIS PREMIUM HÍBRIDO 2.0	2024/2024
11	RQL6E75	COROLLA	ALTIS PREMIUM HÍBRIDO 2.0	2024/2024
12	QGY-3I39	TOYOTA	COROLLA ALTIS PREMIUM	2019/2020
13	QGA 0874	PEUGEOT	408 ALLURE 2.0	2015/2015
14	QGA 0954	PEUGEOT	408 ALLURE 2.0	2015/2015
15	QGA 0854	PEUGEOT	408 ALLURE 2.0	2015/2015
16	RQF-2F53	NISSAN	FRONTIER ATTACK 4X4 2.3	2023/2024
17	MYK0732	NISSAN	FRONTIER 4X4 SE 2.8	2007/2008
18	OKA 3836	FIAT	DUCATO MINIBUS	2013/2014
19	JIL 0401	FIAT	DUCATO MINIBUS	2011/2011
20	NNS 5995	FORD	FUSION 2.5	2010/2010
21	NNS 6215	FORD	FIESTA 1.6	2010/2011
22	N0F 9025	MITSUBISHI	PAJERO DAKAR 3.5 4X4	2012/2012
23	NNP 6675	GM	MERIVA EXPRESSION 1.8	2010/2011
24	OVS-8D76	RENAULT	LOGAN EXPR 1.6	2014/2015
25	OVS-8D80	RENAULT	LOGAN EXPR 1.6	2014/2015
26	MZL 7667	FORD	RANGER XLT 13P	2006/2007
27	MZD 7218	AGRALE	CAMINHÃO 8500 TCA	2006/2006



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. Nos termos do §4º, do Art. 4º, do Ato TRT21-GP Nº 264/2025, os papéis de Fiscal Demandante, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, a depender do objeto, poderão ser exercidos por uma mesma pessoa, desde que detenha conhecimento técnico-operacional adequado em função do objeto do contrato e haja compatibilidade de atribuições;

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.12. O gestor do contrato encaminhará para pagamento as notas fiscais emitidas pela Contratada com base nos serviços efetivamente executados / itens fornecidos e aprovados pela Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no edital e no contrato.

7. Critérios de Recebimento do objeto e de Pagamento

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, às suas expensas, no todo ou em parte, eventuais problemas nos veículos resultantes do abastecimento com combustível adulterado, cabendo à fiscalização, além de comprovar o nexo causal, não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o recebimento deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.11.1. O documento fiscal e as certidões deverão ser obrigatoriamente registrados no Portal do SIGEO - JT¹ para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento, devendo a Contratada efetuar previamente o cadastro no referido portal.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;

¹ O cadastro no SIGEO - JT pode ser realizado através do link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>. Para maiores informações consultar o endereço <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou em outros sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.21. Na hipótese de atraso no pagamento da nota fiscal, devidamente atestada, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a fórmula abaixo. Contudo, se o inadimplemento da obrigação for provocado pela contratada, o contratante ficará desobrigado de promover tal atualização monetária.

7.22. Na inexistência de outra regra contratual, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano

Para atualização monetária deve-se aplicar a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

$I = (TX/100)/365$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Números de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.27. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.

Cessão de crédito

7.28. A presente contratação NÃO admite a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA. O **critério de julgamento** a ser adotado será o da **maior desconto por lote**.

8.1.1. Será considerado VALOR DO GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO o resultado da incidência do Percentual de Desconto sobre o valor estimado para a prestação do serviço objeto deste estudo, tomando-se por base o VALOR TOTAL ESTIMATIVO conforme demonstrado no tópico 1.1, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$VGEC = VTE \times (1 - PD)$, onde:

VGEC = VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

VTE = Valor Estimado

PD = Percentual de Desconto

8.2. O **valor mínimo estimado do desconto é de 4,32%** sobre o valor da fatura mensal dos serviços contratados efetivamente prestados a cada mês, conforme valor referencial constante na tabela 1, subitem 1.1, deste Termo de Referência.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Qualificação Técnica

8.3.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

8.3.2. A(s) certidão(ões) ou atestado(s) deverá(ão) dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Deverá ser comprovada a experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços de gerenciamento, mediante apresentação de atestado(s) que demonstre(m) a execução de serviços compatíveis, abrangendo, no mínimo, o quantitativo de litros indicado na Tabela 1, tópico 1, correspondente a 50% (cinquenta por cento) da estimativa anual. Será admitido o somatório de atestados referentes a períodos distintos, não sendo exigida a continuidade ou ininterruptividade desses períodos.

b) Será admitida, para fins de comprovação de experiência mínima de um ano na prestação dos serviços, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

c) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.3.3. Declaração que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.3.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 523.197,76 (quinhentos e vinte e três mil cento e noventa e sete reais e seis centavos), decorrente do valor estimado apurado (VTE), acrescido



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

do valor do mínimo de desconto (Taxa de Administração negativa) de 4,32% que compõe o preço referencial indicado no item 1.1.

9.1.1. Destaca-se que o objeto da contratação refere-se à **aquisição de combustíveis POR DEMANDA com quantitativos ESTIMADOS EM LITROS**, fixados a partir da média de consumo verificada em exercícios anteriores (2023, 2024 e 2025), com base no histórico de abastecimento da frota. **O valor global** estimado (VTE) foi apurado mediante Levantamento de Preços de Combustíveis (ANP) 18/01/2026 a 24/01/2026 - Preços médios semanais (Brasil, regiões, estados e municípios), adicionado da taxa de variação média entre o preço ao consumidor e preço de frota, aplicado as respectivas quantidades de litros de combustível utilizado.

9.1.1.1. Os valores **podem ser objeto de atualização em decorrência das flutuações de mercado, notadamente das variações nos preços dos combustíveis**, observados, em qualquer hipótese, os limites orçamentários.

9.1.2. A estimativa de consumo foi elaborada com base na média histórica apurada nos últimos três exercícios (2023 a 2025), com a finalidade exclusiva de subsidiar o planejamento da contratação e a elaboração da proposta. Os quantitativos indicados por tipo de combustível constituem mera estimativa, não configurando obrigação de consumo mínimo por parte da Administração, **que poderá demandar volumes inferiores ou superiores**, conforme a necessidade efetiva do Tribunal, observados os limites legais e contratuais.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: CSEIT
- II) Fonte de Recursos: 100000000000;
- III) Programa de Trabalho: 168218;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30;
- V) Plano Interno: 151222026000099 ;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.2.1. Todas as despesas, bem como todos os tributos e demais encargos necessários à completa execução do objeto são de responsabilidade da CONTRATADA.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

11. SANÇÕES

11.1. Advertência: quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

11.2. Multa:

11.2.1. MORATÓRIA de de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor anual do contrato, até o máximo de 7,5% (dez por cento), pela inobservância dos prazos fixados nos itens 5.1.1.5, 5.5, 5.15 e 5.20. O atraso injustificado por período superior a 15 (quinta) dias, caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério do TRT da 21ª Região, aplicando-se, nesse caso, a sanção prevista no item "11.2.3"

11.2.2. MORATÓRIA de de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor anual do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância dos prazos fixados nos itens 5.1.1, 5.9, 5.16 e 5.18. O atraso injustificado por período superior a 10 (dez) dias, caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério do TRT da 21ª Região, aplicando-se, nesse caso, a sanção prevista no item "11.2.3"

11.2.3. COMPENSATÓRIA de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, ou parcial, sobre a parcela inadimplida correspondente, caso esta possa ser individualizada e desde que não prejudique o aproveitamento das parcelas executadas ou a executar.

11.2.4. MORATÓRIA de de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor anual do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.2.5. COMPENSATÓRIA: pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei nº 14.133/21, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor anual contratado, para cada evento, que será dobrada em caso de reincidência.

11.3. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções, cumulativamente, previstas na legislação pertinente, elencadas e detalhadas no instrumento convocatório ou no contrato, ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

11.4. Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

TERMO DE REFERÊNCIA

11.5. Na aplicação das sanções serão consideradas a natureza da infração, a gravidade, as peculiaridades do caso concreto e os danos que dela provieram;

11.6. Aplicar-se-á o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade na avaliação das circunstâncias da realidade e da relação entre a decisão adotada (mesmo pela lei) e os valores a serem realizados;

Natal, 30 de janeiro de 2026

ALBERANI PEREIRA DE FARIAS FILHO
Agente da Polícia Judicial - Mat. 1309
Integrante Demandante Titular

ANDERSON DIEGO OLIVEIRA GOMES
Integrante Administrativo
CLC - SEACO - Mat. 2054

JOSÉ MARCELO LIRA
Responsável pela área demandante
Coordenador de Segurança Institucional e Transporte